

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL, REDES POLÍTICAS E TRABALHO DOCENTE: OS DISCURSOS DAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO INFANTIL (2019-2024)

AMANDA PORTO DA CRUZ¹; ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO²;

¹Universidade Federal de Pelotas – UFPel – amanda.mijn@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - UFPel – alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo explicita, de maneira breve, as intenções e movimentos referentes ao projeto de tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPEL, na linha de pesquisa “Currículo, profissionalização e trabalho docente”. Tal investigação tem como tema a tríade neoliberalismo, redes políticas e trabalho docente nos discursos das últimas duas políticas de alfabetização infantil, em especial, no que tange aos aspectos em torno da etapa da Educação Infantil, a saber: Política Nacional de Alfabetização¹ (2019) e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada² (2023).

Tal desejo emerge de experiências como docente³ e pesquisadora⁴ ao me deparar com a produção destas políticas em um curto período, o que passa a problematizar seus discursos, suas intenções, proposições, deslocamentos e continuidades. Assim, é possível visualizar nas políticas, sobretudo, as de alfabetização infantil, discursos que buscam promover boas práticas e bom desempenho a partir de princípios e interesses de mercado, ocorrendo um deslocamento para novas formas de produzir políticas educacionais ao acionar, como referência, diferentes áreas do saber. Segundo Ball (2020), a interferência de atores, tais como: consultores, grupos de interesses, *think tanks*, governos nacionais, agências, institutos e ONGs, que se constituem como os novos agentes de políticas em redes. Portanto, não mais só pesquisadores do campo da educação produzem discursos como os mais relevantes, mas sim, entram em cena também estes grupos, os quais legitimam saberes e interesses em contexto nacional e internacional na tomada de decisões das políticas públicas.

Nesse contexto, os últimos Governos brasileiros vêm impulsionando nestes documentos orientações para que os sujeitos alcancem aprendizagens mínimas ao longo do ciclo de alfabetização, seja na Educação Infantil ou no Ensino

¹ Política para todo território nacional, a qual elenca o método fônico enquanto eficaz e sinônimo de evidência científica, estabelecendo orientações curriculares a partir de objetivos por faixa-etária como uma de suas premissas.

² Política para todo território nacional, que implementa regime de colaboração em que cada estado possa apresentar e implementar suas concepções, embora o MEC estabeleça ações, eixos, objetivos e premissas que embasam tal política. Para o Rio Grande do Sul, na Educação Infantil adotaram o projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI/UFMG e para o Ensino Fundamental o programa Alfabetiza Tchê.

³ Experiência enquanto professora na Educação Infantil, sobretudo no último ano desta etapa, a qual permite me aproximar estreitamente com a discussão e políticas de alfabetização diante da transição para o Ensino Fundamental.

⁴ Em minha pesquisa de mestrado, realizei algumas discussões com relação à BNCC e à governamentalidade neoliberal, discutindo alguns princípios, as formas e pistas de educar a infância, problematizando os objetivos de aprendizagens e timidamente a transição da Educação Infantil e o Ensino Fundamental, contribuindo para a construção desta investigação de doutorado.

Fundamental, permitindo-nos refletir e problematizar seus discursos, intencionalidades e como o trabalho docente vem sendo narrado e produzido. Foucault (2005, p.55) nos ajuda a pensar que as produções discursivas são “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, então, suponho dizer, que os discursos da alfabetização destas políticas determinam práticas que forjam o trabalho docente para que cumpra os princípios da racionalidade neoliberal.

Diante do exposto, emerge alguns questionamentos: quais princípios vêm sendo legitimados em cada política de alfabetização? Há os mesmos interesses? Ao longo deste período, quais foram os atores deste processo, suas influências discursivas e deslocamentos? Como tais discursos vem produzindo e moldando o trabalho docente no contexto contemporâneo? Tais questões partem do entendimento que o neoliberalismo não é apenas um ideal, mas uma cultura de vida e um tipo de política econômica, que vem se expandindo em todas as camadas sociais, priorizando o interesse individual na ideia da sua própria responsabilização (Dardot e Laval, 2016). Esta racionalidade incide cada vez mais o trabalho docente, a fim de produzir um sujeito que se autogoverne, logo, seja produtivo, competitivo e performático. Diante deste contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: *Como a Política Nacional de Alfabetização (2019) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2021) são produzidas por meio de redes políticas globais e de que maneira seus discursos incidem no trabalho docente diante da governamentalidade neoliberal?* Portanto, a seguir, passo a expressar as possíveis escolhas metodológicas da pesquisa,

2. METODOLOGIA

Importa ressaltar que tal pesquisa se pauta nos estudos da perspectiva pós-críticas, em especial, as contribuições do pós-estruturalismo. Dentre as possíveis escolhas teórica-metodológicas, será desenvolvido uma análise documental, sendo o *corpus* analítico: **decreto revogado 9.765, o caderno da Política Nacional Criança Alfabetizada, Decreto 11.556/2023, Cartilha do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada e Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI (volume 1 e 6)**. Outra possibilidade é incorporar como material para análise os discursos dos cursos de formação continuada de ambas as políticas, são eles: **ABC- alfabetização baseada na ciência e formação LEEI – Compromisso**. Portanto, o discurso neste estudo é entendido como disputa de poder, pois ele “não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (Foucault, 2010b, p. 253). Busco analisar, então, o que está impresso nas políticas, entendendo que tais políticas encontram-se em um movimento constante de forças de poder/saber, os quais produzem estratégias que incidem e projetam um determinado trabalho docente. Ao encontro desta escolha, proponho-me realizar uma pesquisa com inspiração de etnografia de rede. A etnografia de rede busca captar estes atores e relações a partir de diversas variantes, permitindo a imersão do pesquisador não só no campo virtual como única finalidade, mas também em outros espaços, interações e conexões. “Essa imersão é especialmente importante porque vai dar ao etnógrafo a percepção de um insider, ou seja, de um sujeito que convive com um determinado grupo, focando as práticas sociais características deste” (Recuero, 2016, p.6). Esta

perspectiva perpassa por estes documentos, mas realiza uma imersão ao campo virtual por plataformas, sites e redes sociais, a fim de mapear os atores que influenciam a produção de tais documentos e constroem as redes políticas, dados que serão manuseados por meio de Grafos do software *Ghepi*. Assim, ao olhar para todo este cenário, pensamos que os possíveis conceitos e ferramentas são: a governamentalidade como grade de inteligibilidade e a noção de redes políticas. Busco a seguir, aprofundar estas contribuições, bem como expressar algumas discussões acerca da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para além dos apontamentos discorridos até o momento, cabe ressaltar que a pesquisa se encontra em conclusão de projeto a ser qualificado, realizando nesse período o movimento de exploração e escrita teórica, o refinamento das escolhas metodológicas e o processo de levantamento de pesquisas em bancos de teses e dissertações, a fim de compreender o que vem sendo problematizado, refletido e discutido. Tal levantamento teve como recorte temporal de 2019 a 2024, tendo em vista o início da produção dos documentos em questão, expressando nos resultados a relevância da pesquisa, pois não há até o momento investigações que contemplam a relação entre redes políticas, neoliberalismo e trabalho docente diante das últimas políticas de alfabetização infantil, sobretudo, no que tange à Educação Infantil.

Assim, penso que a governamentalidade, conceito empreendido por Michel Foucault, é de grande contribuição nesta investigação, pois será utilizado enquanto uma racionalidade. Em outras palavras, permitirá compreender o neoliberalismo, suas práticas, saberes, mecanismos e estratégias que permitem instituir um determinado modelo de trabalho docente por meio da Política Nacional de Alfabetização e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O acirramento da governamentalidade neoliberal vem sendo discutido e problematizado de forma muito recente por diferentes autores, ao perceberem que cada vez mais estes princípios estão sendo legitimados nas políticas públicas educacionais. Nesse sentido, a partir de 2016 a democracia no Brasil começa a se fragilizar (período de construção da BNCC), ocasionando um deslocamento em direção ao fortalecimento de princípios neoliberais, nos quais os sujeitos são direcionados cada vez mais para a lógica de investimento e competitividade.

Já o conceito redes políticas empreendido por Stephen Baal, propõe um tipo específico de olhar e analisar as relações de fluxos e movimentos que constituem comunidades políticas que se baseiam em concepções compartilhadas de problemáticas sociais, e de soluções por meio da parceria público e privado. Assim, as redes políticas em seu entendimento, é “uma técnica analítica para olhar a estrutura das comunidades de políticas e suas relações sociais” (Baal, 2020, p.30). Permitirá, então, mapear os atores que se estruturam, logo, suas relações e influências neoliberais estabelecidas nessas políticas, o que representa “um conjunto de mudanças ‘reais’ nas formas de governança da educação, nacional e globalmente” (Baal, 2020, p.30).

Nesse sentido, compreendemos que neoliberalismo opera por meio de redes políticas no atual cenário, logo, incide no trabalho docente diante das políticas de alfabetização infantil, em um jogo de interesses internacionais, fabricadas em nível global. Ao olhar previamente para os documentos, seus discursos e manifestações, não conseguimos mapear atores e concepções somente oriundas do território nacional, mas também internacionais como

parcerias de diferentes campos do saber com intenção de produzir interesses neoliberais negociáveis.

Ao que nos parece, na Política Nacional de Alfabetização instituída no ano de 2019, os discursos se pautam por uma governamentalidade neoliberal com princípios conservadores, ao instituir somente um modelo como eficaz a ser desenvolvido em todo Brasil, priorizando determinados saberes, culturas e sujeitos, em detrimento de outros. Assim, em 2023 com a troca de Governo e com o início do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, parece-nos que alguns discursos são reafirmados ao encontro de princípios da política anterior, porém apontando caminhos minimamente mais democráticos ao promover diálogo e autonomia para escolher em cada território a política mais adequada. O que só nos permitirá ter mais apontamentos e problematizações a partir dos próximos desdobramentos de análise, a fim de contemplar o problema de pesquisa desta investigação. Resta destacar que ambas as políticas de alfabetização infantil vêm sustentando saberes de uma racionalidade e cabe a nós – como pesquisadores – problematizar como o trabalho docente vem sendo produzido e fortalecido diante dos discursos neoliberais no campo educacional.

4. CONCLUSÕES

É diante destas contribuições que pretendemos analisar a Política Nacional de Alfabetização e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, ao compreender que são produzidas por meio da governamentalidade neoliberal, em um movimento de redes políticas e, que, por sua vez, produzem estratégias que regulam o trabalho docente na etapa da Educação Infantil. Logo, configuram-se como temática potente a ser desenvolvida em uma pesquisa de tese, pois projeta reflexões e problematizações significativas para o campo da educação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. A educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Stephen J. Ball; tradução de Janete Bridon. – Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BRASIL. M. E. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Online. Disponível: http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO_PNA_FINAL.pdf

BRASIL, M. E. Decreto 11.556/2023, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Criança Alfabetizada. 2023. Online. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm

DARDOT, P. LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

RECUERO, R. Métodos mistos: combinando etnografia e análise de redes sociais em estudo de mídia social. In: CAMPANELLA, B. e BARROS, C. (org). **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos.** Rio de Janeiro, Brasil, 2016.